

Curso: Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes

Realização: 01/10 a 10/11/2021

Tutora: Vânia Cardoso André de Moraes

Carga Horária: 40h/a

Objetivo Geral

Compreender o fenômeno das demandas repetitivas e a existência de grandes litigantes no Judiciário brasileiro, suas origens, elaborar possíveis medidas para alcançar a celeridade e efetividade do sistema de justiça, além de compreender o sistema de precedentes instituído pelo novo CPC e aplicá-lo a sua atividade jurisdicional.

Objetivos Específicos (de aprendizagem)

1. Analisar o fenômeno da explosão da litigiosidade no Brasil, reconhecendo sua complexidade e relacionando-o à origem dos conflitos;
2. Associar as altas taxas de congestionamento do Poder Judiciário ao fenômeno da repetição de demandas e à ação de grandes litigantes;
3. Distinguir as demandas repetitivas de direito público e de direito privado, tendo presentes seus regimes jurídicos e as distintas formas de prevenção e solução dos conflitos;
4. Diferenciar conflitos estruturais dos conflitos individuais e coletivos, compreendendo a importância da efetivação do princípio da procedimentalização da isonomia para solução dos primeiros;
5. Identificar as causas e as consequências da repetição e da pulverização de demandas, reconhecendo a insuficiência das soluções individuais para a prevenção ou solução do problema;
6. Propor e aplicar instrumentos e ações para prevenir ou gerenciar a demandas repetitivas de direito público e de direito privado;
7. Avaliar ferramentas e ações já existentes e à disposição dos magistrados para o enfrentamento do fenômeno das demandas repetitivas;
8. Diferenciar os princípios que informam um sistema de precedentes, relacionando-os aos adotados no direito brasileiro e avaliando em que medida foram determinantes para as modificações na legislação processual;
9. Diferenciar jurisprudência de precedentes, reconhecendo os efeitos concretos desta distinção na aplicação de decisões judiciais como fonte do direito;
10. Detectar a *ratio decidendi*, manejando técnicas para identificar as situações de aplicabilidade ou inaplicabilidade de precedentes, como *distinguishing*, *overruling*, *overriding*, *transformation*, à luz do direito brasileiro.

Ambientação - (01 a 04 de outubro/2021)

Objetivos de aprendizagem



- Movimentar-se adequadamente no AVA, apresentando-se, completando o seu perfil e interagindo nas atividades propostas;
- Identificar interesses e expectativas em comum com os colegas, relativamente ao curso.

a. Estratégias (metodologias):

a.1) Fórum Vamos nos Conhecer?

Atividade obrigatória: apresentação e relato de vivências sobre o temário proposto e a interrelação entre a crítica ao método fordista e o atual estado da arte do atendimento jurisdicional da demanda repetitiva.

a..2) Fórum do cafezinho

Atividade facultativa: Postagem de mensagem no fórum do cafezinho, compartilhando alguma experiência pessoal (não necessariamente profissional) que considere de interesse dos colegas.

b. Recursos: filme, fóruns, mapa interativo (Mentimeter), questionário eletrônico (Google forms)

e. Tarefas do Tutor	f. Data de Realização
<p>Elaborar e postar texto de abertura do fórum:</p> <p>Queridos (as) Colegas, sejam todos muito bem-vindos!!!</p> <p>Neste espaço de interação, vamos nos apresentar e iniciar nosso percurso reflexivo a respeito de um dos temas mais complexos e instigantes da atualidade.</p> <p>Sinto-me muito feliz em poder compartilhar experiências e aprender com vocês.</p> <p>Após assistir ao vídeo, nas suas manifestações observem os seguintes quesitos:</p> <p>Play Video</p> <p>a) quem sou eu?</p> <p>b) já enfrentei ou enfrento demandas repetitivas?</p>	01 a 04 de outubro



<p>c) como tem sido a minha adaptação à vinculação aos precedentes?</p> <p>d) em que medida a crítica veiculada no filme Tempos Modernos aplica-se ao contexto das demandas repetitivas?</p> <p>Por último, deem uma passadinha, também, pelo fórum do cafezinho e pelos respectivos perfis no <i>moodle</i>, para agregar eventuais informações e colocar suas fotos, assim podemos nos conhecer melhor e nos reconhecer em futuros eventos presenciais!</p> <p>Desejo um ótimo trabalho a todos!</p> <p>Abraço,</p>	
Avaliar as respostas – avaliação diagnóstica da turma	01 a 04/10
Elaborar e postar mensagem para o fórum do cafezinho	
Estimular participação dos alunos em todas as atividades da unidade	
Elaborar texto de apresentação do mapa interativo	
Estimular, pelo fórum de apresentação, a leitura e visualização do material sobre o AVA	

<p>Resultados esperados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para os tutores: conhecer o perfil, o interesse da turma sobre o tema e as expectativas discentes. • Para os alunos: movimentação eficiente no AVA; conhecimento dos colegas; identificação de pontos de convergência de interesse com os colegas; sensibilização para a importância do tema; alinhamento das expectativas.

Etapa 1 – Teoria Geral das Demandas Repetitivas (05/10 até 11/10)

Objetivo(s) de aprendizagem

- Analisar o fenômeno da explosão da litigiosidade no Brasil, reconhecendo sua complexidade e relacionando-o à origem dos conflitos.
- Associar as altas taxas de congestionamento do Poder Judiciário ao fenômeno da repetição de demandas e à ação de grandes litigantes no âmbito do Direito Público e do Direito Privado.
- Distinguir as demandas repetitivas de direito público e de direito privado, tendo presentes seus regimes jurídicos e as distintas formas de prevenção e solução dos conflitos



a. Estratégias:

a.1) Fórum de discussão formativa da Etapa I

Pergunta para o Fórum da Etapa I:

Apresente alguma(s) experiência(s) jurisdicional(s) em demandas repetitivas na sua Comarca, distinguindo se a hipótese está relacionada a conflitos de direito público ou de direito privado e se foi adotado procedimento específico (preventivo ou de gerenciamento) para enfrentamento do contencioso de massa.

Comente, de maneira fundamentada, as postagens de (ao menos) dois colegas

Esta atividade vale 10 pontos.

a.2) Banco de dados

Pergunta para o banco de dados I:

Já tendo realizado a leitura do material de apoio e participado do Fórum desta primeira Etapa, escolha, agora, um dos instrumentos processuais e/ou a integração de mais de um instrumento para o enfrentamento do fenômeno das demandas repetitivas, dentre os mencionados nos textos principal e complementar e comente, à luz de sua experiência, sobre um aspecto relacionado à potencialidade destes instrumentos OU sobre um fator de fragilidade no seu emprego.

Sua resposta deve ter no máximo 200 caracteres. Acompanhe, também, as postagens dos colegas, e comente ao menos uma com a qual não concorde, em, no máximo, 100 caracteres

Esta atividade vale 5 pontos.

b. Recursos: AVA

c. Atividades de Avaliação: fórum, banco de dados

d. Critérios de Avaliação:

Fórum de discussão formativa I	
Espera-se do aluno: Resposta às questões reflexivas lançadas pelo tutor, com fundamentação nos textos de apoio	8 pontos



Comentários à postagem de dois colegas	2 pontos
Banco de dados Etapa I	
Espera-se do aluno: Inserção no banco de dados da resposta à questão proposta (até 200 caracteres) com suporte nas discussões do fórum e material de apoio	3 pontos
Comentário à postagem de um colega (até 100 caracteres)	2 pontos

e. Tarefas do Tutor	f. Data de Realização
Postar a pergunta do Fórum I, antecedida de uma pequena costura sobre os resultados obtidos na avaliação diagnóstica, durante a fase de ambientação. Deixar claro, neste momento, que se espera do aluno que responda às questões reflexivas trazidas pelo tutor e que comente ao menos duas postagens de colegas, com suporte nos textos de apoio	05/10
Estimular participação no fórum, lançando questões reflexivas para promover a discussão	05 a 11/10/2021
Mediar os debates, fazendo costura entre as postagens e introduzindo novas questões reflexivas	05 a 11/10/2021
Verificar periodicamente os relatórios de participação no fórum	05 a 11/10/2021
Avaliar a participação dos alunos, atribuindo notas a cada postagem	05 a 11/10/2021
Dar feedbacks individuais sempre que necessário, por mensagem	05 a 11/10/2021
Postar a pergunta no mural	05 a 11/10/2021
Estimular as postagens em até 200 caracteres	05 a 11/10/2021
Estimular os comentários às postagens	05 a 11/10/2021
Encerrar a etapa mediante postagem no fórum	11/10/2021

Etapa 2 – Demandas Repetitivas de Direito Público (12 a 19/10)



Objetivos de aprendizagem

- Identificar o fenômeno dos conflitos estruturais, compreendendo a importância da efetivação do princípio da procedimentalização da isonomia para a respectiva solução.
- Diferenciar conflitos estruturais dos conflitos individuais e coletivos, compreendendo a inadequação do processo civil tradicional para a solução das demandas de direito público.
- Avaliar os instrumentos de prevenção e gestão das demandas repetitivas de direito público já existentes.
- Propor e aplicar estratégias para prevenir ou gerenciar a demandas repetitivas de direito público

a. Estratégias:

a.2) Tarefa da Etapa II – Estudo de caso

Tendo presentes os elementos trabalhados na apostila II e com o objetivo de aprofundarmos nossos estudos, trabalharemos com um caso, e a proposta é pensar em estratégias de atuação para situação concreta envolvendo repetição de demandas em tema de direito público

Caso Insulina

Você começa a receber a distribuição, na sua unidade jurisdicional, de repetitivas ações envolvendo postulações individuais para fornecimento de insulina *lantus*, compreendida na política de atenção básica de saúde de município submetido à sua jurisdição. Com o tempo, você percebe que a repetição de demandas começa a se tornar mais frequente e que o município tem retardado cada vez mais o cumprimento de suas determinações individuais referentes à matéria. Num desses processos, você descobre que nenhum cidadão do município tem recebido a prestação estatal e que, em todos os casos, tem sido necessário recorrer ao Poder Judiciário a fim de obter a tutela do direito individual.

Você então comunica o Ministério Público e a Defensoria Pública acerca do fato, porém nenhuma providência é tomada no sentido da coletivização da demanda.

Diante deste quadro, qual seria sua estratégia (ou estratégias) para restabelecimento da prestação municipal devida aos cidadãos. Pense sob os aspectos preventivo e de gerenciamento das ações em curso. Você deverá enviar um arquivo com a seguinte formatação:



- fonte Arial tamanho 12;
- espaçamento 1,5;
- texto máximo de 01 (uma) página;
- margens: 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita);
- parágrafos justificados;
- identificação do participante;
- formato do arquivo em PDF.

Para enviar seu arquivo ao tutor, clique no botão "Adicionar Tarefa". Ao final, certifique-se de clicar em "Enviar tarefa em definitivo".

Essa atividade vale 10 pontos.

a.2) Banco de Dados da Etapa II – BRAINSTORMING

A partir das discussões no fórum 2, a proposta, agora, é produzirmos uma tempestade de ideias. Vamos pensar, em conjunto, nas medidas preparatórias para o tratamento adequado das demandas repetitivas de direito público. Em palavras ou frases curtas, elenque medidas que precisam ser adotadas previamente à implementação de um projeto que pretenda equacionar demandas desta natureza, seja em nível de unidade judiciária, seja em nível estadual ou regional.

Sua resposta deve ter no máximo 200 caracteres. Acompanhe, também, as postagens dos colegas, e comente ao menos uma, em no máximo, 100 caracteres, alertando para alguma ação ou cautela que deva ser adotada na medida suscitada pelo colega.

Esta tarefa vale 5 pontos

- b. Recursos: AVA
- c. Atividades de Avaliação: estudo de caso e banco de dados
- d. Critérios de Avaliação:

Tarefa da Etapa II	
Espera-se do aluno:	



Que desenvolva, com fundamentação nos textos de apoio e debates já realizado, um texto coerente traçando uma estratégia de caráter preventivo ou gerencial para o enfrentamento do problema posto	10 pontos
Banco de Dados II	
Espera-se do aluno:	
Inserção no mural da resposta à questão proposta (até 200 caracteres) com suporte nas discussões do fórum e material de apoio	3 pontos
Comentário à postagem de um colega (até 100 caracteres), com alerta sobre ação ou cautela	2 ponto
Total	15 pontos

e. Tarefas do Tutor

f. Data de Realização

Iniciar postando a proposta de trabalho, antecedida de uma 12/10/2021

pequena costura sobre o conhecimento construído na etapa anterior. Deixar claro, neste momento, que se espera do aluno que produza um pequeno mas coerente texto, desenvolvendo uma estratégia de atuação para o equacionamento do problema, com suporte nos textos de apoio

Verificar periodicamente os relatórios de participação na atividade

Enviar mensagem para os alunos que até o quinto dia da etapa não tiverem postado suas tarefas

Avaliar as tarefas, atribuindo notas e dando feedback individual

Postar a pergunta no banco de dados

Estimular as postagens em até 200 caracteres

Estimular os comentários às postagens

Etapa 3 – Demandas Repetitivas de Direito Privado (20 a 26/10)

Objetivo(s) de aprendizagem

- Compreender o fenômeno mundial da explosão da litigiosidade, relacionando-o ao congestionamento do Poder Judiciário.
- Identificar as causas e as consequências da repetição e da pulverização de demandas, reconhecendo a insuficiência das soluções individuais para a prevenção ou solução do problema.
- Avaliar os instrumentos de prevenção e gestão das demandas repetitivas de direito privado já existentes.
- Propor e aplicar estratégias para prevenir ou gerenciar a demandas repetitivas de direito privado.



a. Estratégia:

Fórum de discussão formativa da Etapa III – Estudo de Caso

Pergunta para o Fórum da Etapa III:

Neste fórum, trabalharemos com uma situação concreta, e a proposta é que possamos, juntos, pensar na diversidade de soluções que poderão ser adotadas para o adequado tratamento das demandas de direito privado que se originam do caso a seguir.

Caso Barra de Itaúna

Na cidade de Barra do Itaúna- MG, com 30.000 habitantes, a estação de energia elétrica que abastece a cidade a cidade sofreu uma pane decorrente de um raio que atingiu os geradores, fazendo com os que os moradores da cidade passassem três dias sem energia elétrica.

Os danos causados aos eletrodomésticos e transtornos dos cidadãos foram discutidos numa audiência entre o Ministério Público, a Prefeitura e a concessionária de energia elétrica.

Nessa audiência, foi lavrado um TAC no qual a empresa se comprometeu em substituir os eletrodomésticos defeituosos e ainda pagar uma indenização a título de danos morais no valor de R\$ 1.000,00.

Milhares de cidadãos não aceitaram o valor da indenização e ingressaram na Justiça, inviabilizando o funcionamento da Comarca de Barra do Itaúna.

Apresente sua proposta de intervenção, fundamentando-a.

Ao final, depois de ler as postagens dos colegas e participar do debate, avalie, mediante nova postagem, se você manteria a solução que inicialmente aventou ou se adotaria outras estratégias, seja em paralelo, seja em substituição da ideia original.

Esta atividade vale 15 pontos

b. Recursos: AVA

c. Atividades de Avaliação: Estudo de caso, fórum

d. Critérios de Avaliação:

Fórum de discussão formativa III – Estudo de Caso	
Espera-se do aluno:	
	10 pontos



Resposta às questões reflexivas lançadas pelo tutor, com fundamentação nos textos de apoio	5 pontos
Postagem final com revisão, ou não, da ideia inicial	
Total	5 pontos

e. Tarefas do Tutor	f. Data de Realização
Postar a pergunta do Fórum III, antecedida de uma pequena costura sobre o conhecimento construído na etapa anterior. Deixar claro, neste momento, que se espera do aluno que participe do debate, responda às questões reflexivas trazidas pelo tutor, comente postagens de colegas, com suporte nos textos de apoio e que, ao final, avalie se manteria sua posição inicial.	20 /10
Estimular participação no fórum, lançando questões reflexivas para promover a discussão	20 a 26/10
Mediar os debates, fazendo costura entre as postagens e introduzindo novas questões reflexivas	
Verificar periodicamente os relatórios de participação no fórum	
Avaliar a participação dos alunos, atribuindo notas a cada postagem	
Dar feedbacks individuais sempre que necessário, por mensagem	
Encerrar a etapa mediante postagem no fórum	26/10

Etapa 4 – Leitura e aplicação de precedentes no direito brasileiro (27/10 a 03/11)

Objetivo(s) de aprendizagem

- Diferenciar os princípios que informam um sistema de precedentes, relacionando-os aos adotados no direito brasileiro e avaliando em que medida foram determinantes para as modificações na legislação processual.
- Diferenciar jurisprudência de precedentes, reconhecendo os efeitos concretos esta distinção na aplicação de decisões judiciais como fonte do direito.
- Detectar a *ratio decidendi*, manejando técnicas para identificar as situações de aplicabilidade ou inaplicabilidade de precedentes, como *distinguishing*, *overruling*, *overriding*, *transformation*, à luz do direito brasileiro.

a. Estratégias:

a.1 Fórum de discussão formativa da Etapa IV



Através deste fórum, a proposta é que possamos debater sobre a possível extensão dos efeitos de um precedente vinculante. Você poderá assistir o vídeo a seguir, que contém o julgamento do Recurso Extraordinário 58970, Relator Ministro Marco Aurélio ou ler o seu inteiro teor através do link <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13649377>

Feito isto, examinando os argumentos adotados pelos ministros, para resolver a questão posta à apreciação, no recurso extraordinário, e tendo presente a tese que ao final foi firmada e a respectiva *ratio decidendi*, a proposta é que possamos debater sobre a extensão e a aplicabilidade que poderá ter este precedente de repercussão geral.

Será ele aplicável apenas aos casos em que estrangeiros residentes buscarem o direito ao benefício assistencial (LOAS)? Poderá ser ele invocado para solucionar outras questões envolvendo direitos de estrangeiros residentes?

Comente, de maneira fundamentada, as postagens de (ao menos) dois colegas.

Esta atividade vale 11 pontos.

a.2. Questionário

A partir das discussões no fórum 4 e do material disponibilizado, a proposta é fixarmos formas de explorar os conceitos de *ratio decidendi*, *distinguishing*, *overruling* e *overriding*, diante de alguns precedentes do STF e do STJ.

Para tanto, responda às seguintes questões:

Questão	Situação hipotética	Técnica de superação
1	<p>O STF decidiu, em ação direta de inconstitucionalidade, julgada improcedente, que é compatível com a garantia constitucional do direito à saúde, lei federal que estipula limite máximo de renda familiar per capita, para o fornecimento gratuito de medicamentos em postos de saúde. O limite legal foi considerado pela lei como fator determinante da condição socioeconômica de vulnerabilidade, pressuposto para que a pessoa tenha direito aos medicamentos.</p> <p>Diversas reclamações e recursos extraordinários foram intentados perante a mesma Corte, contra decisões de juízes e tribunais. Tais</p>	



	<p>magistrados e tribunais, com base em outros critérios para aferição da condição socioeconômica de vulnerabilidade, inclusive leis posteriores definindo, para fins de direitos sociais, outros critérios para identificação da vulnerabilidade socioeconômica, vinham reconhecendo o direito de gratuidade de medicamentos às pessoas cujas famílias tinham renda per capita superior ao previsto naquela lei federal.</p> <p>O STF, então, diante da repetição das reclamações e recursos, decidiu reconhecer repercussão geral ao tema e, ao julgar o mérito de um recurso extraordinário (paradigma), reconheceu o direito à gratuidade às pessoas cujas famílias se enquadrassem nos novos parâmetros legais para fins de aferição da situação socioeconômica de vulnerabilidade, previstos para os diversos programas sociais do governo federal. Esta nova decisão resulta em...</p>	
2	<p>A cobrança de valores não pagos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço submete-se à prescrição quinquenal. Supera-se entendimento anterior desta Suprema Corte, que previa prescrição trintenária, Inconstitucionalidade dos artigos da Lei 8.036/1990. Necessidade de modulação dos efeitos da decisão, em atenção à segurança jurídica e aos princípios da boa-fé objetiva e da proteção da confiança. Reconhecimento de inconstitucionalidade com efeitos ex nunc. Esta decisão configura...</p>	
3	<p>A superação total de precedente da Suprema Corte depende de demonstração de circunstâncias</p>	



	(fáticas e jurídicas) que indiquem que a continuidade de sua aplicação implica ou implicará inconstitucionalidade. Ambas as circunstâncias estão presentes no caso. A situação posta poderá conduzir a...	
4	Prevalece nesta Corte Superior a orientação de que é vedada a cobrança de valores de concessionária de serviço público pela utilização de faixas de domínio de rodovia quando tal exigência emana do próprio poder concedente. Situação diversa, contudo, ocorre quando o próprio poder concedente autoriza concessionária do serviço público, com base no art. 11 da Lei 8.987/1995, a efetuar cobrança pela utilização de faixas de domínio de rodovia, mesmo em face de outra concessionária de serviços públicos, desde que haja previsão no contrato de concessão da rodovia. A argumentação acima configura...	

Esta atividade vale 4 pontos.

b. Recursos: AVA

c. Atividades de Avaliação: Estudo de Caso, Fórum, questionário eletrônico

d. Critérios de Avaliação:

Critérios avaliativos	Pontuação
Fórum de discussão formativa da Etapa IV	
Espera-se que o aluno responda às questões reflexivas lançadas pelo tutor, com fundamentação nos textos de apoio e comente às postagens de ao menos dois colegas	8 pontos 3 pontos
Questionário Etapa IV	
Espera-se que o aluno responda corretamente às questões propostas	4 pontos



Total	15 pontos
-------	-----------

e. Tarefas do Tutor	f. Data de Realização
Postar a pergunta do Forum III, antecedida de uma pequena costura sobre o conhecimento construído na etapa anterior. Deixar claro, neste momento, que se espera do aluno que participe do debate, responda às questões reflexivas trazidas pelo tutor, comente ao menos duas postagens de colegas, com suporte nos textos de apoio.	27/10/2021
Estimular participação no fórum, lançando questões reflexivas para promover a discussão	27/10 a 03/11/2021
Mediar os debates, fazendo costura entre as postagens e introduzindo novas questões reflexivas	
Verificar periodicamente os relatórios de participação no fórum	
Avaliar a participação dos alunos, atribuindo notas a cada postagem.	
Dar feedbacks individuais sempre que necessário, por mensagem	
Preparar questionário	
Divulgar <i>link</i> do questionário na abertura do fórum de discussão	
Verificar periodicamente os relatórios de participação e enviar mensagem aos que, até o 5ª dia do módulo, não tiverem respondido ao questionário	

Etapa Final (04 a 10 de novembro)

Objetivo de aprendizagem:

- Criar um projeto para o enfrentamento de situação de litigiosidade de massa escolhida, dentre as três opções dadas, sistematizando e mobilizando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

CASO JAGUARI



No Município de Jaguari, 500 famílias ocuparam área urbana titulada por empresa que encerrou irregularmente as suas atividades, estando seus representantes em lugar incerto ou não sabido.

Os possuidores atuais, considerada a posse exercida por seus antecessores, ocupam o imóvel há mais de 15 anos.

Inobstante não haja loteamento formalizado, os possuidores exercem a posse sobre partes individualizadas do todo maior, facilmente detectáveis em plantas de situação e localização.

No transcurso da posse, a Municipalidade pavimentou ruas adjacentes, introduziu modificações nas linhas do transporte urbano para atender a demanda, que hoje envolve um universo de cerca de 3.000 pessoas com renda média per capita de 1/3 do salário-mínimo nacional. Além disso, considerando que em 90% das famílias há crianças em idade pré-escolar, ampliou as instalações da creche municipal mais próxima.

Há coleta seletiva de lixo e as economias dos possuidores dispõem de fornecimento individualizado de energia elétrica e água.

Dois possuidores propuseram ações individuais de usucapião urbano e tiveram suas pretensões acolhidas em sentenças albergadas pela autoridade da coisa julgada.

Em face destas decisões, todos os demais possuidores pretendem ingressar, pulverizadamente, com mais se quatro centenas de ações de usucapião urbano, tendo procurado, para tanto, a assistência da Defensoria Pública.

O Órgão comunicou o fato ao Poder Judiciário, noticiando que há embaraço para atender à demanda, seja pelas dificuldades operacionais da própria Defensoria, seja porque os possuidores - pessoas com reduzidíssima capacidade financeira - não tem condições de contratar os profissionais capacitados para elaboração das plantas de situação e localização, documentos indispensáveis à eventual e futura propositura das lides.

Que medidas você adotaria para o tratamento pré-processual da controvérsia pelo sistema multiportas do CPC?

OCUPADO O CONJUNTO HABITACIONAL ATENA. 150 FAMÍLIAS ESTÃO VIVENDO NO LOCAL

Em meio a uma crise habitacional decorrente de recente migração concentrada de pessoas para a cidade, provenientes de diversos estados do país, o Conjunto Habitacional Atena, em fase final de construção, foi ocupado por cerca de 150 famílias que se encontravam desabrigadas.

O Conjunto Habitacional, embora com a estrutura toda concluída, ainda não tinha instalações elétricas ou hidráulicas ligadas à rede pública, e vários apartamentos, ainda não tinham vidros nas janelas. A Construtora Helênica, em fase final de obra, enfrenta dificuldade financeiras, por isso suspendeu os trabalhos. A obra foi financiada com recursos do Banco Chronos e o imóvel está hipotecado.



As pessoas ocuparam o prédio com o que tinham em mãos, dividindo seus espaços internos com tapumes e lonas. Para conseguirem cozinhar no lugar, carregaram botijões de gás, para terem energia, improvisaram ligações clandestinas (gatos), romperam o lacre do medidor de entrada de água do prédio, e conseguiram que todos os apartamentos tivessem acesso à rede de água.

O Município Partenon tentou um diálogo com os líderes do movimento, sem sucesso. O Ministério Público já instaurou inquérito civil e o está instruindo.

As Comissões de Direitos Humanos a Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores já designaram audiências públicas sobre o tema. Deputados e vereadores vêm dando declarações à imprensa defendendo o direito à moradia.

Instado pelo MP, o Corpo de Bombeiros tentou, sem sucesso, vistoriar o imóvel, registrando, porém, diante das informações sobre ligação clandestina de luz e do uso do botijão de gás, e da proximidade de um posto de gasolina, que há sério risco de incêndio no local.

A Defensoria Pública, ciente da situação, tem feito a identificação das famílias e atendimentos jurídicos no local.

Diante da situação, a Construtora Helênica ingressou na Justiça com pedido de liminar, buscando a imediata reintegração na posse do imóvel. Instruiu seu pedido com as notícias de que dispunha, inclusive quanto à atuação dos órgãos públicos desde que houve a ocupação.

Como juiz da causa, elabore um projeto para encaminhamento da situação, tendo presente que uma mera decisão liminar determinando a desocupação dificilmente solucionará o problema, que é maior do que a própria ocupação.

EXECUÇÃO EM AÇÃO COLETIVA

Numa determinada vara federal de São Paulo foi ajuizada uma ação coletiva pelo Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade, Saúde e Previdência Social em São Paulo (SINDIPREVI/SP) em face da UNIÃO. A sentença condenou a União ao adimplemento da diferença de 3,17% àqueles trabalhadores integrantes do quadro de associados do sindicato autor, na época do ajuizamento da demanda, limitando tal pagamento, entretanto, até o adimplemento de algumas das vantagens previstas pelo art. 10 da MP n. 2.225-45/2001, pagando as diferenças acrescidas de correção monetária e juros legais. Transcorridos 10 anos, e após diversos recursos às cortes superiores, a sentença transitou em julgado. O Sindicato autor postulou a autorização para execução desmembrada, nos termos do art. 534 do CPC. A União manifesta-se contra o desmembramento do processo, ao fundamento de que há possibilidade de cooperação entre as partes para a solução da execução, fulcro no art. 165 e seguintes do CPC, além da possibilidade da estipulação de um cronograma processual de ajustamento, nos termos dos arts. 190 e 191 do CPC.



Esclareça-se que na vara federal, de competência cível, tramitavam 8.000 processos. Referida ação coletiva possuía uma lista de 10.000 substituídos.

Como juiz da causa, elabore um projeto para encaminhamento da situação, tendo presente que o mero desmembramento significará um acúmulo considerável de processos na vara.

b. Recursos: AVA

c. Atividades de Avaliação: Questão discursiva

O trabalho final do nosso curso é a elaboração de um projeto ou plano de trabalho para o enfrentamento de algum problema de litigiosidade repetitiva, que possa ocorrer em sua unidade judiciária ou no âmbito do seu tribunal.

A proposta é que você possa sistematizar o conteúdo desenvolvido durante o curso e mobilizar os saberes que foram sendo construídos e ressignificados.

Seu projeto/plano de trabalho deverá ter alguns requisitos mínimos:

1. Identificação da Unidade/Tribunal e do responsável pela gestão
2. Identificação do Problema
3. Justificativa
4. Metodologia a ser empregada
5. Recursos a serem envolvidos (humanos/materiais)
6. Meios de aferição periódica/final dos resultados

Você deverá enviar um arquivo com a seguinte formatação:

- fonte Arial tamanho 12;
- espaçamento 1,5;
- texto máximo de 03 (três) páginas;
- margens: 3 cm (superior e esquerda) e 2 cm (inferior e direita);
- parágrafos justificados;
- identificação do participante;
- formato do arquivo em PDF.

Essa atividade vale 40 pontos

Para enviar seu arquivo ao tutor, clique no botão "Adicionar Tarefa".

Ao final, certifique-se de clicar em "Enviar tarefa em definitivo".

d. Critérios de Avaliação:

Critérios avaliativos	Pontuação
Entrega da atividade no prazo	10 pontos
Pertinência do tema com o objeto do curso e com a proposta da atividade	10 pontos



Concatenação dos elementos do projeto/plano de trabalho e mobilização dos conhecimentos construídos	20 pontos
Total	40 pontos

e. Tarefas do Tutor	f. Data de Realização
Postar a proposta de trabalho no AVA	
Criar um Fórum para dúvidas sobre a atividade final	
Responder periodicamente às dúvidas que vierem pelo fórum ou por mensagens	
Verificar periodicamente os relatórios de participação na atividade	
Avaliar os trabalhos apresentados	

ATIVIDADES DO TUTOR DE ENCERRAMENTO DO CURSO	
Atividade	Data
Postar mensagem de despedida e agradecimento pelo empenho e participação	
Avaliar o curso	

PREENCHIMENTO DA AVALIAÇÃO DO CURSO PELO TUTOR
Entrega até 7 dias após o encerramento do curso (Formulário disponibilizado pela Equipe de EaD ao final do curso)

RESUMO DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS		
Período	Atividade	Pontuação
Etapa I 05 a 11/10	Fórum da Etapa I	10 pontos
	Banco de Dados I	5 pontos
Etapa II 12 a 19/10	Tarefa da Etapa II – Estudo de Caso	10 pontos
	Banco de Dados II - BRAINSTORMING	5 pontos
Etapa III 20 a 26/10	Fórum da Etapa III – Estudo de Caso	15 pontos
Etapa IV 27/10 a 03/11	Fórum da Etapa IV	11 pontos
	Questionário eletrônico Etapa IV	4 pontos
Atividade Final 04/11 a 10/11	Projeto/Plano de Trabalho	40 pontos
Total do curso		100 pontos

